

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.180 - RJ (2020/0256854-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : ERMELINO FABRICIO DA COSTA**  
**ADVOGADO : MIRIAM AGDA DE OLIVEIRA CARVALHO - ES006531**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu o seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS RECONHECIMENTO DO DIREITO JUROS DE MORA NOS TERMOS DA LEI Nº 119602009 PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO E DA REMESSA NECESSÁRIA.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação dos arts. 11, VII e §§ 1º e 9º, 55, § 3º, da Lei n. 8.213/1991, no que concerne à impossibilidade de concessão de aposentadoria rural, uma vez que a parte recorrida não desempenhava atividade campesina, em regime de economia familiar, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo relativo ao respectivo benefício previdenciário, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso dos autos, restou demonstrado que o Recorrido não desempenhava atividade rural, em regime de economia familiar, mas atividade urbana, no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo, em manifesta contrariedade também ao decidido pelo STJ no Resp 1.354.908/SP, representativo da controvérsia (fl. 321).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 143 da Lei n. 8.213/1991, ao fundamento de que é inviável o aproveitamento do período remoto para fins de carência, uma vez que passados mais de 24 meses da perda de qualidade de segurado especial, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ademais, revela-se inviável o aproveitamento de período remoto para fins de carência, uma vez que passados mais de 24 meses

da perda da qualidade de segurada especial da parte autora. O largo período de tempo foge ao conceito de descontinuidade previsto no art. 143 da Lei nº 8.213/91 (fl. 322).

Portanto, passados mais de 24 meses da perda da qualidade de segurada especial, resta impossibilitado o aproveitamento do período rural remoto para fins de aposentadoria por idade (fl. 322).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

**Depreende-se dos autos que o segurado apresentou início razoável de prova documental capaz de comprovar o exercício da atividade rural, dentre estes os seguintes documentos: certidão de casamento em que consta sua profissão como sendo lavrador (fls. 12); declarações de ITR da propriedade rural do autor (fls.22/25); contrato de parceria agrícola (fls. 27/27v.); declaração de exercício de atividade rural emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ecoporanga/ES (fls. 28); e depoimentos testemunhais prestados em juízo (fls. 85/87), fazendo, portanto, jus ao benefício pretendido.**

[...]

Na hipótese, o Colendo Superior Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos a este Tribunal para novo julgamento ante a ausência de pronunciamento sobre a questão levantada pelo INSS em sede de apelação, no sentido de que não foi considerada a prova produzida nos autos que assentou a natureza urbana das atividades exercidas pela parte autora, ficando claro a inexistência de caracterização do regime de economia familiar.

[...]

**Contudo, independente da omissão apontada, as alegações do INSS não se sustentam, pois, pelo que se verifica dos autos, o autor se afastou do trabalho no campo por um pequeno período de pouco mais de um ano (CNIS de fl. 74), fato que não pode ser levado em conta para aniquilar uma vida inteira de dedicação as atividades do campo, o que ficou demonstrado pelas provas colacionadas aos autos, razão pela qual o direito do autor se mantém.**

A propósito, sobre o tema, vale ressaltar que há entendimento do eg. STJ no sentido de que "A intercalação do labor campesino com curtos períodos de trabalho não rural não afasta a condição de segurada especial do lavrador." (AgRg no AREsp 167.141/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 25/06/2013, DJe 02/08/2013) – fls. 195-311, grifo meu.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal relativa à perda da qualidade de segurado especial da parte recorrida, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula n. 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente